

PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Jaquirana

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de Combustíveis pelo município. Propostas a partir das 9h de 24/02/2026. Abertura: 05/03/2026, às 9h. Edital e informações no Setor de Licitações, Rua Inácio Rodrigues, 451, (54) 3196-3105, (54) 93380-5143, das 8 às 12 e das 13:30h às 17:30h ou licitacao@jaquiranaonline.com.br. Jaquirana/RS, 20 de fevereiro de 2026. Maria Isabel Rauber Turella Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Três Palmeiras

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SILVANO ANTONIO DIAS, Prefeito Municipal de Três Palmeiras, convoca os interessados e a população em geral, para participar de Audiência Pública do 3º Quadrimestre 2025, a qual realizar-se-á no próximo dia 26 de fevereiro de 2026, às 9:00 horas, junto a Câmara Municipal de Vereadores. Três Palmeiras, 12 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Jorge

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

Data da Sessão: 09 de março de 2026: 08h30min. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge-RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2026, de critério de julgamento de menor preço por item. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: https://www.saojorge.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Daltro Filho, nº 901, Centro - CEP 95.365-000, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone: (54) 3271 1112. Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 25 (vinte e cinco) reservatórios de água, sendo: 15 (quinze) unidades com capacidade para 10.000 litros e 10 (dez) unidades com capacidade para 20.000 litros, confeccionados em fibra de vidro e dotados de tampa em fibra, para a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de acordo com o Convênio FPE nº 3537/2025 com a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Plano de Trabalho, objetivando executar demandas da Consulta Popular, conforme Processo nº 25/1300-0004549-1 e conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 06/03/2026, às 09h00min, no https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no Site:www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040. Paulinho Ludwig, Prefeito Municipal.

Ge

Anuncie

Prefeitura Municipal de Nova Pádua

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

Objeto: Aquisição de mini escavadeira com rompedor hidráulico, cfe. convênio SPOA/SE/MAPA Nº 984439/2026. Propostas: Das 16h de 23/02/2026 até às 9h de 06/03/2026. Abertura: 06/03/2026 às 9h. Disputa de preços: 06/03/2026 às 9:15h, no www.pregaobanrisul.com.br. Edital: www.novapadua.rs.gov.br, www.pregaobanrisul.com.br e www.pncp.gov.br. Nova Pádua,RS, 23/02/2026. Itamar Bernardi, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul

RETIFICAÇÃO P.E. Nº 60/2026

O Município de Morrinhos do Sul/RS torna pública a retificação da descrição do objeto do Pregão Eletrônico nº 60/2026, o texto na íntegra se encontra no site do município e na bil compras. MARCOS VENÍCIOS EVALDT DA SILVEIRA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

Concorrência eletrônica nº 02/2026. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para construção de pontilhões. Data de abertura dia 19/03/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Edital em www.capaodocipo.rs.gov.br. Adair Fracaro Cardoso - Prefeito de Capão do Cipó.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026: Aquisição de equipamentos de interfaces de comunicação celular 3G. ABERTURA: 06.03.2026. HORÁRIO: 08 horas. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026: Aquisição de equipamentos de ponto eletrônico com reconhecimento facial. ABERTURA: 09.03.2026. HORÁRIO: 08 horas. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026: Registro de preços para contratação de empresa para execução de pavimentação conforme demanda. ABERTURA: 10.03.2026. HORÁRIO: 08 horas. Os editais estão disponíveis no site: www.arroiodomeiros.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroiodomeiros.com.br. Arroio do Meio, 23 de fevereiro de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI-RS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL COM ALTERAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 003/2026

O Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Taquari/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei, notifica as empresas interessadas no processo de Pregão Eletrônico nº 003/2026, de que foram feitas alterações nos descritivos dos itens, em atenção aos pareceres jurídicos 080/2026 e 089/2026 e Memorando nº 030/2026, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, anexo ao processo. Nova Data: 04 de março de 2026, às 09horas. Edital alterado e maiores informações. Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Aranha, 1790 ou fone (51)3653 6200, ramal 6246/6247, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, ou e-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br ou pelos sites: www.taquari.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA - Secretário Municipal da Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 – Abertura: 05 de março de 2026 às 09:00 hs. Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar. Osório Ribeiro Nardes 152, 553336:0000. http://www.catupe.rs.gov.br/. Catuípe/RS, 20 de Fevereiro de 2026. PAULO ROBERTO DALLA CORTE Prefeito Municipal de Catuípe

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a SUSPENSÃO DO SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 02/2026, Concorrência Eletrônica nº 02/2026 – Data de abertura: 24/02/2026, às 09h30min – Contratação de empresa especializada para executar serviço de pavimentação asfáltica – CBUQ – Recapeamento das Ruas Carlos Gomes e Santo Antônio no município de São Francisco de Paula/RS. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 23 de fevereiro de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

SINDICATO DO COMÉRCIO DOS VENDEDORES AMBULANTES E FEIRANTES DO RGSUL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES GESTÃO 2026/2030

Cumprindo dispositivos estatutários e regulamentares, tornamos público que no dia 10 de fevereiro de 2026 foram eleitos membros, titulares e suplentes, da Diretoria e do Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto a Fecomércio-RS, do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes e Feirantes do RGSUL, conforme composição abaixo transcrita: Diretoria Presidente: Luiz Alberto Sieben Silva; Vice-Presidente: Milton Ribeiro do Nascimento Filho; 1º Tesoureiro: Jorami de Figueiredo; 2º Tesoureiro: Claudiomar Rodrigues; 1º Secretário: Adir Rocha; 2º Secretário: Jorge Luis da Silva; Diretor Suplente: Loiva Ines Muller; Conselho Fiscal – Titulares: Antônio Giovanni Terras de Oliveira; João Paulo Guillard; Gládimir Machado Barbosa; Conselho Fiscal – Suplentes: Rosane de Fatima Camargo de Oliveira; Delegado Representante – Titulares: Luiz Alberto Sieben Silva; Jorami de Figueiredo; Delegado Representante – Suplentes: Hermes Rodrigues Barbosa; Jorge Luis da Silva. Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes serão empossados no dia 01 de abril de 2026. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026. Luiz Alberto Sieben Silva - Presidente

Sindicato de Hotéis de Porto Alegre

CNPJ 01.059.291/0001-56

Edital de Convocação

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

O Sindicato de Hotéis de Porto Alegre convoca a categoria que representa para as Assembleias Gerais que se realizarão no dia 26 de fevereiro de 2026, na sede da entidade, situada na Rua Dr. Barros Cassal, nº 180, conjunto 801, Porto Alegre/RS. 1) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Primeira convocação às 16h00 e segunda convocação às 17h00. Ordem do Dia: a) Aprovação dos valores e datas de vencimento da Mensalidade Empresarial 2026; b) Autorização à Diretoria da entidade, através de seu presidente, para firmar Convenções, Acordos Coletivos e apresentar defesa em Dissídio Coletivo; c) Inclusão de cláusulas na Contribuição Assistencial para o ano 2026, fixar valores e datas dos recolhimentos. 2) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Primeira convocação às 17h00 e segunda convocação às 18h00. Ordem do Dia: a) Apresentação da Prestação de Contas 2025 e o respectivo parecer do Conselho Fiscal; b) Aprovação da Previsão Orçamentária 2026. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026. Oscar Henrique Schmidt - Presidente.

Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre

CNPJ 92.962.919/0001-84

Edital de Convocação

Assembleia Ordinária e Extraordinária

O Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região convoca a categoria que representa para as Assembleias Gerais que se realizarão no dia 26 de fevereiro de 2026, na sede da entidade, situada na Rua Dr. Barros Cassal, nº 180, conjunto 801, Porto Alegre/RS. 1) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Primeira convocação às 16h00 e segunda convocação às 17h00. Ordem do Dia: a) Aprovação dos valores e datas de vencimento da Mensalidade Empresarial 2026; b) Autorização à Diretoria da entidade, através de seu presidente, para firmar Convenções, Acordos Coletivos e apresentar defesa em Dissídio Coletivo; c) Inclusão de cláusulas na Contribuição Assistencial para o ano 2026, fixar valores e datas dos recolhimentos. 2) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Primeira convocação às 17h00 e segunda convocação às 18h00. Ordem do Dia: a) Apresentação da Prestação de Contas 2025 e o respectivo parecer do Conselho Fiscal; b) Aprovação da Previsão Orçamentária 2026. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026. Nelson Ramalho - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE

Adesão a Ata de Registro de Preços - Registro de Preços de Outros Órgãos Nº002/2026

PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Pref. De Catuípe/RS, torna público a INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025, originada do Processo Licitatório Pregão Eletrônico 022/2025 realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai-CIRAU, PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA TIPO 1, NOVA, ZERO HORA, para uso da secretaria de Agric., Meio Ambiente, Ind. e Comércio. Detentor da ata: DIST. MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS LTDA, CNPJ: 90.627.332/0001-93. Catuípe-RS, 20 de fevereiro 2026. PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Prefeito Municipal.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 90002/2026

OBJETO: Prestação de serviços continuados de coleta, transporte e destinação final, ambientalmente adequada, de resíduos sólidos produzidos nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em diversos prédios, em Porto Alegre-RS. EDITAL: sítios www.gov.br/compras e www.tre-rs.jus.br a partir desta data. SESSÃO PÚBLICA: 10-03-2026 às 14 horas, no sítio www.gov.br/compras. ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA Diretora-Geral

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 7ª REGIÃO

CRPRS

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 389477 - Processo administrativo nº 0099/2025 – Concorrência nº 0001/2025. Objeto: O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para a execução de obras de reforma, com fornecimento de mobiliário, das salas de atendimento ao público dos Setores de Cadastro e Cobrança da Sede do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (CRPRS), situada na Av. Protásio Alves, nº 2854, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, conforme projeto arquitetônico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos anexos ao processo e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Sessão de disputa em 09/03/2026, às 09h, no site www.gov.br/compras. Edital e informações: www.gov.br/compras CAROLINE MARTINS TERRAGNO Licitações e Contratos

CREMERS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTARQUIA FEDERAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) convoca os senhores médicos regularmente inscritos neste Conselho para participar da Assembleia Geral, a realizar-se em sua sede, na Avenida Princesa Isabel, 921, Santana, Porto Alegre/RS, no dia 25 de março de 2026, em primeira convocação às 17h30 e em segunda e última convocação às 18h00, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura e apreciação do relatório de gestão e prestação de contas da Diretoria – Exercício de 2025. 2. Deliberação sobre questões ou consultas submetidas à sua decisão pelo Conselho ou pela Diretoria. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026. Dr. Régis Fernando Angnes Presidente do Cremers

Moinhos Galópolis S.A.

- CNPJ/MF 88.614.557/0001-63 - NIRE (JucisRS) 43 3 0001265 4. Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às quatorze (14) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas de Moinhos Galópolis S.A., sociedade por ações, sita na Rodovia BR 116, nº 878, Bairro Galópolis, CEP 95090-050, Caxias do Sul (RS), representando mais de dois terços (2/3) do capital social. Elegeram para presidir a mesa, Cláudio Luiz Furlan e para secretariá-lo Diniz Furlan. Dando início aos trabalhos o Presidente da mesa informou que os editais de Convocação foram publicados no Jornal do Comércio - 2º Caderno - nos dias 12 e 15 de dezembro de 2025 às folhas 15 e 15, respectivamente, e no dia 16 de dezembro de 2025 na mídia digital do Jornal do Comércio, às folhas 1, conforme link: https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=e50ZW4GAZQfBCGzYlZe5pBvxEiKGTWMsG2s4IKxFEpsjo7F%2FdZgkV%2FKMriqz91. Lida, então, a ordem do dia, por unanimidade, assim deliberaram os acionistas: I - Distribuição de Lucros - Aprovar que seja distribuído aos senhores acionistas os lucros registrados na conta Reserva de Retenção de Lucros, até o ano de 2024, no montante de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), por força da Lei 15.270/2025. Os valores individuais serão creditados aos acionistas e pagos até 31.12.2028. II - Distribuição de Lucros Exercício 2025 - Aprovar que do lucro que será auferido no encerramento do exercício corrente que se encerrará em 31.12.2025, seja distribuído aos acionistas o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por força da Lei 15.270/2025. Os valores individuais serão creditados aos acionistas e pagos até 31.12.2028. III - Disposições Finais - Encerrar a Assembleia, visto que ninguém fez uso da palavra. Foi, então, lavrada esta ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes, a saber: Caxias do Sul (RS), 22 de dezembro de 2025. Digiclan Participações Ltda. - Diniz Furlan - Diretor. Cláudio Luiz Furlan. Bozpart Participações Ltda. - Sadi Boz - Diretor. Caroline Muraro Furlan; Diniz Furlan; Denis Evandro Furlan; Sadi Boz. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11596988 em 09/02/2026 da Empresa MOINHOS GALOPOLIS S/A, CNPJ 88614557000163 e protocolo 254975666 - 07/01/2026. Autenticação: 653A6BC588274FE871F7E2184CBAED54738D1F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

* Nome fictício para preservar a identidade

HOJE,
GIOVANNA FOI À
ESCOLA POR CAUSA
DO **SEU SIM!**

VAMOS JUNTOS CONSTRUIR
UM FUTURO BRILHANTE!

APOIE essa **CAUSA!**
pix@lbv.org.br





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	825.161	577.119	839.834	604.232	172.614	155.407	172.614	155.407
Contas a receber de clientes	283.310	281.422	286.247	281.757	60.952	29.874	60.952	29.874
Estoques	136.900	146.595	137.325	147.851	5.519	9.978	5.519	9.978
Tributos a recuperar	49.619	102.970	49.955	103.669	170.131	144.637	150.205	140.848
IRPJ e CSLL a recuperar	70.501	79.840	70.501	79.840	61.314	61.720	61.620	62.530
Outros ativos	10.436	11.759	10.637	12.004	21.073	15.441	21.443	15.729
Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.264	656	2.264	656	-	-	634	436
Total do ativo circulante	1.378.191	1.200.361	1.396.763	1.230.009	522.098	495.306	503.645	493.233
NÃO CIRCULANTE								
Contas a receber de clientes	19	145	19	145	787.967	715.299	787.967	715.299
Tributos a recuperar	16.730	25.328	16.730	25.328	888.178	785.534	888.178	785.534
IRPJ e CSLL a recuperar	-	49.741	-	49.741	46.687	9.471	46.687	9.471
Outros ativos	6.889	6.314	7.287	6.602	19.991	28.311	19.991	28.311
Instrumentos financeiros derivativos - swap	9.732	4.593	9.732	4.593	1.022	5.206	1.022	5.206
Outros investimentos	-	-	7.327	6.334	27.410	24.107	28.431	25.562
Total do ativo realizável a longo prazo	33.370	86.121	41.095	92.743	1.984.259	1.752.446	1.994.107	1.760.866
Investimentos em controladas	399.151	207.056	-	-	2.506.357	2.247.752	2.497.752	2.254.099
Propriedade para investimento	1.459	1.459	1.459	1.459				
Ativo biológico	298.742	328.227	641.706	486.259				
Imobilizado	1.659.269	1.636.364	1.680.554	1.655.465				
Intangível	135.903	135.417	135.903	135.417				
Direito de uso de ativos	52.206	19.285	52.206	19.285				
Total do ativo não circulante	2.580.100	2.413.929	2.552.923	2.390.628				
TOTAL DO ATIVO	3.958.291	3.614.290	3.949.686	3.620.637				

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	172.614	155.407	172.614	155.407	172.614	155.407	172.614	155.407
Debêntures	60.952	29.874	60.952	29.874	60.952	29.874	60.952	29.874
Passivo de arrendamento	5.519	9.978	5.519	9.978	5.519	9.978	5.519	9.978
Fornecedores	170.131	144.637	170.131	144.637	170.131	144.637	170.131	144.637
Obrigações sociais e previdenciárias	61.314	61.720	61.314	61.720	61.314	61.720	61.314	61.720
Obrigações tributárias	21.073	15.441	21.073	15.441	21.073	15.441	21.073	15.441
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos tributários	1.049	1.747	1.049	1.747	1.049	1.747	1.049	1.747
Dividendos a pagar	11.190	46.550	11.190	46.550	11.190	46.550	11.190	46.550
Outras contas a pagar	18.256	29.952	18.256	29.952	18.256	29.952	18.256	29.952
Total do passivo circulante	522.098	495.306	522.098	495.306	522.098	495.306	522.098	495.306
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	787.967	715.299	787.967	715.299	787.967	715.299	787.967	715.299
Debêntures	888.178	785.534	888.178	785.534	888.178	785.534	888.178	785.534
Passivo de arrendamento	46.687	9.471	46.687	9.471	46.687	9.471	46.687	9.471
Obrigações sociais e previdenciárias	19.991	28.311	19.991	28.311	19.991	28.311	19.991	28.311
Outras contas a pagar	1.022	5.206	1.022	5.206	1.022	5.206	1.022	5.206
Provisão para riscos civeis, trabalhistas e tributários	27.410	24.107	27.410	24.107	27.410	24.107	27.410	24.107
Parcelamentos tributários	1.524	543	1.524	543	1.524	543	1.524	543
Obrigações tributárias	282	256	282	256	282	256	282	256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	211.198	183.719	211.198	183.719	211.198	183.719	211.198	183.719
Total do passivo não circulante	1.984.259	1.752.446	1.984.259	1.752.446	1.984.259	1.752.446	1.984.259	1.752.446
TOTAL DO PASSIVO	2.506.357	2.247.752	2.506.357	2.247.752	2.506.357	2.247.752	2.506.357	2.247.752
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	623.934	543.934	623.934	543.934	623.934	543.934	623.934	543.934
Reserva de capital	960	960	960	960	960	960	960	960
Reservas de lucros	717.121	702.776	717.121	702.776	717.121	702.776	717.121	702.776
Ajustes de avaliação patrimonial	109.919	118.868	109.919	118.868	109.919	118.868	109.919	118.868
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538	1.451.934	1.366.538
Total DO PASSIVO e DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.958.291	3.614.290	3.949.686	3.620.637	3.958.291	3.614.290	3.949.686	3.620.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.674.593	1.547.907	1.686.311	1.555.346
Variação do valor justo dos ativos biológicos	52.017	69.907	116.800	83.736
Custo dos produtos vendidos	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)	(1.013.128)
LUCRO BRUTO	620.101	618.858	700.242	625.954
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(125.743)	(130.536)	(127.554)	(132.397)
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	338	(250)	338	(250)
Gerais e administrativas	(115.048)	(116.347)	(117.545)	(119.312)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.281	(24.544)	11.911	(25.541)
Participação dos administradores	(19.586)	(19.523)	(19.586)	(19.523)
Resultado da equivalência patrimonial	76.377	2.608	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	447.720	330.266	447.806	328.931
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(134.211)	(112.513)	(130.859)	(109.939)
Receitas financeiras	123.310	97.354	126.695	99.984
Despesas financeiras	(257.521)	(209.867)	(257.554)	(209.923)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	313.509	217.753	316.947	218.992
Imposto de renda e contribuição social corrente	(32.067)	64.878	(33.643)	63.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.479)	33.353	(29.341)	33.009
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	253.963	315.984	253.963	315.984
Operações descontinuadas				
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	242.050	304.519	242.050	304.519
Lucro atribuível a acionistas controladores				
Acionistas controladores	242.050	304.519	242.050	304.519
	242.050	304.519	242.050	304.519
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$				
De operações continuadas	1.0978	1.3263	1.0978	1.3263
De operações descontinuadas	(0,0515)	(0,0481)	(0,0515)	(0,0481)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
1. RECEITAS	2.419.368	2.232.440	2.433.139	2.241.633
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.366.818	1.221.480	1.332.187	1.200.596
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.052.550	1.010.960	1.100.952	1.041.037
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	181.310	168.953	204.753	195.234
5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(52.017)	(69.907)	(116.800)	(83.736)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	923.257	911.914	1.012.999	929.539
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	203.251	106.019	130.259	106.041
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.126.508	1.017.933	1.143.258	1.035.580
9.1) Pessoal	270.959	263.524	280.993	276.767
9.2) Impostos, taxas e contribuições	314.667	196.628	321.136	200.976
9.3) Remuneração de capital de terceiros	270.297	223.520	270.544	223.576
9.4) Remuneração de capitais próprios	250.999	314.738	250.999	314.738
9.5) Outros	19.586	19.523	19.586	19.523
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Caixa líquido obtido das atividades operacionais	512.111	375.444	504.071	395.588
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(248.524)	(89.038)	(252.924)	(107.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(15.545)	(168.337)	(15.545)	(168.337)
AUM. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	248.042	118.069	235.602	120.080
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	577.119	459.050	604.232	484.152
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	825.161	577.119	839.834	604.232
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)							
	Controladora		Consolidado		Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas	Reserva de lucros e ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação acionistas controladores	Participação acionistas não controladores	Total
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24								
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519	242.050	304.519								
Outros resultados abrangentes	8.949	10.219	8.949	10.219								
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738								
Atribuível a acionistas controladores	250.999	314.738	250.999	314.738								
Total do resultado abrangente do exercício	250.999	314.738	250.999	314.738								
Total do resultado abrangente atribuível a acionistas controladores proveniente de:												
De operações continuadas	262.912	326.203	262.912	326.203								
De operações descontinuadas	(11.913)	(11.465)	(11.913)	(11.465)								
	250.999	314.738	250.999	314.738								
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras												
NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).												
1. CONTEXTO OPERACIONAL												
A Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado e papel para embalagens. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel. As controladas ditas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.												
Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P. Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul.												
Operação descontinuada												
Conforme Fato Relevante de 26 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS ("Fábrica") e, com isso, a descontinuação deste segmento de negócio, informações sobre ativos não circulantes mantidos para venda, demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa estão apresentadas na nota explicativa nº 11.												
Reforma tributária												
A Reforma Tributária sobre consumo estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132, instituiu o modelo baseado num IVA ("IVA dual") sendo: i) CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a COFINS; ii) IBS – Imposto sobre Bens e Serviços que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.												
Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou												
					543.934	960	606.998	127.812	-	1.279.704	-	1.279.704
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	304.519	304.519	-	304.519
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos					-	-	(1.275)	-	1.275	-	-	-
Realização - custo atribuído					-	-	(49.169)	(8.944)	8.944	-	-	-
Ações em tesouraria					-	-	-	-	-	(49.169)	-	(49.169)
Destinações propostas					-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal					-	-	15.226	-	(15.226)	-	-	-
Dividendos					-	-	-	-	(74.878)	(74.878)	-	(74.878)
Dividendos adicionais propostos					-	-	(18.760)	-	(74.878)	(93.638)	-	(93.638)
Reserva de retenção de lucros					-	-	149.756	-	(149.756)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					543.934	960	702.776	118.868	-	1.366.538	-	1.366.538
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	242.050	242.050	-	242.050
Aumento de capital					80.000	-	(80.000)	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído					-	-	(8.949)	(8.949)	8.949	-	-	-
Ações em tesouraria					-	-	(22.052)	-	-	(22.052)	-	(22.052)
Destinações propostas					-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal					-	-	12.103	-	(12.103)	-	-	-
Dividendos					-	-	-	-	(59.724)	(59.724)	-	(59.724)
Dividendos adicionais propostos					-	-	(15.154)	-	(59.724)	(74.878)	-	(74.878)
Reserva de retenção de lucros					-	-	119.448	-	(119.448)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					623.934	960	717.121	109.919	-	1.451.934	-	1.451.934
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras												

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As operações da Companhia não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2026.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos as despesas para vender, conforme descrito na nota explicativa nº 14, instrumentos financeiros derivativos – swap e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 27, respectivamente.

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou na preparação destas demonstrações financeiras as alterações de normas emitidas pelo IASB, que não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

- 2.1. Alterações ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
 - Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;
 - IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
 - IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações;
- 2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Foi emitida a seguinte revisão de normas pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:
- Alterações ao IAS 21 – “Falta de permutabilidade”.
- 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**
- Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade da entidade, e a avaliação da continuidade operacional no futuro previsível foi formalizada pela Administração.
- a) **Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras**
- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.
- 4. ATIVO BIOLÓGICO**
- Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado “Florestas”, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

Continuação...

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Custo de formação dos ativos biológicos	78.692	89.786	189.854	123.494
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	220.050	238.441	451.852	362.765
Total dos ativos biológicos	298.742	328.227	641.706	486.259
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	298.742	328.227	581.329	445.020
Segmento Florestal RS	-	-	60.377	41.239

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

	Terrenos	Prédios e construções	
Controladora	120.329	359.142	
Custo	-	(110.735)	
Depreciação acumulada	-	(110.735)	
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	120.329	248.407	
Custo	120.329	397.719	
Depreciação acumulada	-	(123.603)	
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	120.329	274.116	

	Terrenos	Prédios e construções	
Consolidado	135.579	364.210	
Custo	-	(114.924)	
Depreciação acumulada	-	(114.924)	
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	135.579	249.286	
Custo	137.579	404.367	
Depreciação acumulada	-	(127.867)	
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	137.579	276.500	

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

	Goodwill	Software	Total
Controladora	104.380	74.907	179.287
Custo	-	(43.870)	(43.870)
Amortização acumulada	-	(43.870)	(43.870)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	135.417
Custo	104.380	83.893	188.273
Amortização acumulada	-	(52.370)	(52.370)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	135.903
Consolidado	Goodwill	Software	Total
Custo	104.380	74.915	179.295
Amortização acumulada	-	(43.878)	(43.878)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	104.380	31.037	135.417
Custo	104.380	83.901	188.281
Amortização acumulada	-	(52.378)	(52.378)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	135.903

Política contábil

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

	Encargos anuais %	Moeda	Controladora e Consolidado	
			31.12.25	31.12.24
Circulante				
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,40%	Real	44.116	33.136
Capital de giro	CDI + 1,00%	Real	105.844	86.790
Total moeda nacional			149.960	119.926
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 5,47%	Dólar	22.654	35.481
Total moeda estrangeira			22.654	35.481
Total do circulante			172.614	155.407
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,59%	Real	424.639	461.299
Capital de giro	CDI + 0,99%	Real	363.328	254.000
Total moeda nacional			787.967	715.299
Total do não circulante			787.967	715.299
Total			960.581	870.706

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Vencimentos no longo prazo:	31.12.25	31.12.24
2026	-	115.993
2027	294.025	116.553
2028	143.741	132.553
2029	37.220	37.220
2030	37.220	37.220
2031 em diante	275.761	275.760
	787.967	715.299

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

7. DEBÊNTURES

a) 4ª Emissão de Debêntures simples privada

Conforme Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021, foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, na data de emissão 03 de março de 2021, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 de dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Companhia possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples possui Rating brAA+ pela S&P Global Ratings e é caracterizada como "Debêntures Verdes" com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAVI Finanças do Bem (ERM NINT), com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2018.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (swap) trocando a remuneração da 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples de IPCA + 5,5% ao ano, para CDI + 0,71% ao ano, conforme nota explicativa nº 10.

b) 5ª Emissão, privada, de Debêntures simples (CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio)

Conforme Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022 rratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022, Fato Relevante 11 de agosto de 2022 e Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022, a Companhia concluiu em 17 de outubro de 2022 a 5ª (quinta) emissão de 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1, totalizando, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000, dos quais:

(i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) Debêntures da 1ª Série, correspondente ao valor de R\$ 486.307, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027.

(ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) Debêntures da 2ª Série, correspondente ao valor R\$ 233.693, remuneradas a CDI + 1,75% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A emissão de CRAs possui Rating brAA pela S&P Global Ratings. As Debêntures e, consequentemente, os CRAs foram caracterizados como "debêntures verdes" e "CRA Verde" (Green Bond), respectivamente, com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada NINT – Natural Intelligence Ltda.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão são destinados exclusivamente às suas atividades no agronegócio, no âmbito da silvicultura e da agricultura, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo e colheita de florestas e derivados como resinas e de logística integrada de transporte, armazenagem, descascamento e picagem de madeira.

c) 6ª Emissão de Debêntures simples pública

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 17 de Outubro de 2025, comunicado ao mercado em 28 de outubro de 2025, a Companhia concluiu a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R\$ 120.000, com vencimento em 15 anos, a contar da data de emissão, ou seja, 15 de agosto de 2040. A totalidade dos recursos captados pela Companhia por meio das Debêntures será destinada para o Projeto Gaia V – Repotencição São Luiz, com o objetivo de repotenciar a PCH (Pequena Central Hidrelétrica) em Santa Catarina, conforme Fato Relevante divulgado em 04 de setembro de 2025, na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. atribuiu, em 17 de outubro de 2025, o rating AA.br à Emissão.

As Debêntures foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base no compromisso da Companhia em destinar os recursos captados com as Debêntures para o Projeto, em conformidade com o Parecer Independente de Segunda Opinião do Projeto, emitido por consultoria especializada independente contratada pela Companhia, qual seja Det Norske Veritas, com base nas diretrizes do Green Bond Principles de 2025, emitido pela International Capital Market Association.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia.

d) Abertura dos saldos contábeis

	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.12.25	31.12.24
Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	19.718	59
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	40.061	29.815
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	1.173	-
Total do circulante			60.952	29.874
Não Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	58.769	75.020
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	714.864	710.514
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	114.545	-
Total do não circulante			888.178	785.534
Total			949.130	815.408

Política contábil

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme descrito na nota explicativa.

Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
1.922.603	24.792	41.905	196.418	24.286	2.689.475
(886.542)	(14.730)	(28.393)	-	(12.711)	(1.053.111)
1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
2.036.159	27.234	49.235	193.435	24.563	2.848.674
(1.002.965)	(17.594)	(32.100)	-	(13.143)	(1.189.405)
1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
1.924.124	26.753	42.553	197.590	24.286	2.715.077
(887.043)	(16.006)	(28.328)	-	(12.711)	(1.059.612)
1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
2.037.682	29.195	49.989	193.459	24.563	2.876.834
(1.003.637)	(18.964)	(32.669)	-	(13.143)	(1.196.280)
1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Vencimentos no longo prazo:	31.12.25	31.12.24
2026	-	14.363
2027	502.133	501.527
2028	135.057	134.479
2029	135.714	135.165
2030	10.485	-
2031 em diante	104.789	-
	888.178	785.534

Política contábil

As debêntures são registradas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 646.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2024), composto em 31 de dezembro de 2025 por 230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal (239.829.919 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024). No segundo trimestre de 2025 houve a capitalização da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 80.000 sem emissão de novas ações, conforme deliberado em Assembleia Geral da Companhia.

O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 623.934 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2024).

b) Remuneração dos acionistas

i) Dividendos intercalares

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de novembro de 2025, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 10.323, correspondentes a R\$ 0,044784774 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2025, pagos em 25 de novembro de 2025. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de agosto de 2025, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2025, no montante de R\$ 25.318, correspondentes a R\$ 0,109708784 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, pagos em 22 de agosto de 2025. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 02 de maio de 2025, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 14.499, correspondentes a R\$ 0,062579877 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 07 de maio de 2025, pagos em 21 de maio de 2025. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) Dividendos adicionais propostos do exercício de 2024

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas na data de 23 de abril de 2025, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2024, no valor total de R\$ 74.878, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,323177, pagos em 21 de maio de 2025.

c) Ações em tesouraria

Programa de Recompra de Ações 2024: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 22 de março de 2024 o Programa de Recompra de Ações 2024, que passou a vigorar a partir de 25 de março de 2024 e terminou em 25 de setembro de 2025, com limite de aquisição de 10.651.676 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tinha como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o encerramento do Programa de Recompra de Ações 2024 e o cancelamento das ações ordinárias no total de 9.328.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, sem redução do valor do capital social da Companhia.

As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas no quadro que segue:

	Controladora					
	01.01.25		Aquisições		Cancelamento	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Programa de Recompra de Ações 2024	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)
	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)

Programa de Recompra de Ações 2025: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o Programa de Recompra de Ações 2025, que passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025 e término em 25 de março de 2027, com limite de aquisição de 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, até a data de 31 de dezembro de 2025 não houve recompra de ações ordinárias da Companhia referente ao Programa de Recompra de Ações 2025.

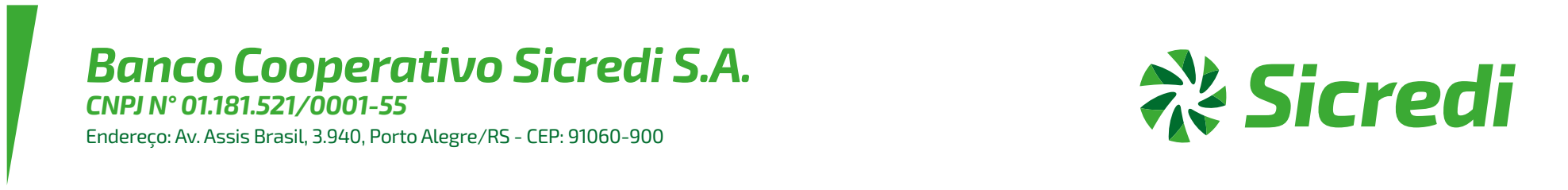
d) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519
(-) Reserva legal	(12.103)	(15.226)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	-	1.275
Realização - custo atribuído	8.949	8.944
Lucro base para distribuição de dividendos	238.896	299.512
Dividendo mínimo obrigatório	59.724	74.878
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,312213
Dividendos distribuídos	50.140	30.101
Saldo de dividendos a pagar	9.584	44.777

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025**

AVISO: 1) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da instituição demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://d1.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>; b) www.sicredi.com.br; c) <http://www.bcb.gov.br>; 3) Em consonância com a Resolução BCB nº 2/2020, a segregação do balanço patrimonial em circulante e não circulante estão divulgadas em notas explicativas que podem ser visualizadas e analisadas na demonstração financeira completa nos endereços eletrônicos acima citados.

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)						
		Controladora	Consolidado			
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	5	601.110	601.110	Passivo e Patrimônio Líquido		
Instrumentos Financeiros		220.621.123	220.948.771	Instrumentos Financeiros		215.399.675
Ativos financeiros ao custo amortizado		198.510.029	198.513.450	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		215.187.761
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para perdas esperadas	6	9.127.716	9.127.716	Depósitos	14	68.781.660
Depósitos no Banco Central do Brasil	7	9.477.840	9.477.840	Captações no mercado aberto	14	27.782.738
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, líquido de provisão para perdas esperadas	8	28.484.088	28.484.088	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	46.520.672
Repasse interfinanceiros, líquido de provisão para perdas esperadas	9	82.163.444	82.163.444	Obrigações por empréstimos	13	8.549.171
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas esperadas	9	45.080.586	45.080.586	Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	13	39.653.320
Outros ativos financeiros	10	24.176.355	24.179.776	Outros passivos financeiros	14	23.900.200
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outro resultado abrangente	8	21.878.379	21.878.379	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		211.914
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas		21.878.379	21.878.379	Instrumentos financeiros derivativos	8.c	211.914
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	232.715	556.942	Provisões para Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas		14.052
Títulos e val. mob. e inst. finan. derivativos, líquido de prov. para perdas esperadas		232.715	556.942	Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros		3.117
Ativo Fiscal Diferido		436.891	629.753	Passivo Fiscal Diferido		231.281
Outros Ativos		231.544	818.289	Outros Passivos		1.213.318
Investimentos em Participações em Controladas	11	270.103	–	Patrimônio Líquido	15	5.313.862
Imobilizado de Uso		14.534	68.210	Capital social		5.220.974
Total do Ativo		222.175.305	223.066.133	Reserva legal		97.840
				Ajustes de avaliação patrimonial		(4.952)
				Participação de acionistas não controladores		–
				Total do Passivo		222.175.305
						223.066.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do Resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controladora			Consolidado	
	Nota	2º Semestre	31/12/2025	2º Semestre	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		11.211.119	20.569.619	11.232.443	20.607.583
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	9.g	6.198.334	12.190.151	6.198.334	12.190.151
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.541.931	9.129.180	4.563.255	9.167.144
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.c	35.432	(1.295.278)	35.432	(1.295.278)
Resultado de operações de câmbio		62.704	18.103	62.704	18.103
Resultado de aplicações no Banco Central		372.718	527.463	372.718	527.463
Despesas da intermediação financeira		(10.202.232)	(18.577.791)	(10.202.232)	(18.577.791)
Operações de captação no mercado		(9.012.640)	(16.304.041)	(9.012.640)	(16.304.041)
Resultado de empréstimos e repasses		(2.189.592)	(2.273.750)	(1.189.592)	(2.273.750)
Resultado da intermediação financeira		1.008.887	1.991.828	1.030.211	2.029.792
Perdas esperadas de ativos e passivos financeiros		8.586	10.051	8.594	10.070
Reversão de perdas esperadas de operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais operações com características de concessão de crédito		16.394	23.836	16.394	23.836
(Provisões) para perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, outros ativos e outros ativos financeiros		(7.099)	(12.204)	(7.091)	(12.185)
(Provisões) para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos		(709)	(1.581)	(709)	(1.581)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.017.473	2.001.879	1.038.805	2.039.862
Receitas e (Despesas) operacionais		(967.510)	(1.734.449)	(986.247)	(1.761.859)
Receitas de prestação de serviços		59.089	114.833	1.061.422	1.955.753
Resultado de participações em controladas		6.912	22.490	-	-
Outras receitas operacionais		453.414	771.293	473.473	809.494
Despesas de pessoal		(72.116)	(124.028)	(74.846)	(128.026)
Despesas administrativas		(1.196.985)	(2.164.912)	(2.111.100)	(3.816.433)
Despesas tributárias		(63.933)	(151.862)	(180.770)	(379.428)
Outras despesas operacionais		(153.891)	(202.263)	(154.426)	(203.219)
Resultado operacional		49.963	267.430	52.558	278.003
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		49.963	267.430	52.558	278.003
Imposto de renda e contribuição social		13.025	(56.685)	10.834	(66.485)
Imposto de renda		25.860	(83.290)	20.760	(95.182)
Contribuição social		16.439	(69.826)	14.298	(74.397)
Constituição de créditos fiscais diferidos líquidos		(32.132)	93.573	(27.010)	100.308
Reversão IR e CSLL do exercício anterior		2.858	2.858	2.786	2.786
Participações dos empregados nos lucros		(16.773)	(30.224)	(17.164)	(30.996)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(1)
Lucro líquido do semestre/exercício		46.215	180.521	46.215	180.521
Quantidade de ações no final do exercício		4.394.603.168	4.394.603.168	4.394.603.168	4.394.603.168
Lucro por lote de mil ações no fim do semestre/exercício - R\$		10,52	41,08	10,52	41,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	46.216	180.521	46.216	180.521
Participação dos não controladores	—	—	1	(1)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	46.216	180.521	46.217	180.520
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do semestre/exercício	(174)	464	(174)	464
Variação títulos e valores mobiliários ao VJORA	(316)	844	(316)	844
Tributos sobre ajustes de títulos e valores mobiliários ao VJORA	142	(380)	142	(380)
Total hedge	990	2.115	990	2.115
Variação hedge de fluxo de caixa	1.801	3.846	1.801	3.846
Tributos sobre ajustes de hedge de fluxo de caixa	(811)	(1.731)	(811)	(1.731)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do semestre/exercício	816	2.579	816	2.579
Resultado abrangente do semestre/exercício	47.032	183.100	47.033	183.099
Atribuível aos acionistas				
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos controladores	47.032	183.100	47.033	183.100
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos não controladores	—	—	—	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reserva	Ajustes de	Lucros	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas	
	Subscrito	A ser homologado pelo Banco Central	Reserva legal	avaliação patrimonial	acumulados	da controladora	não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.870.974	—	87.563	(7.531)	—	4.951.006	9	4.951.015
Ajustes de transição Res. CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 (Nota 4)	—	—	—	—	25.015	—	—	25.015
Saldos no início do exercício em 01/01/2025	4.870.974	—	87.563	(7.531)	25.015	4.976.021	9	4.976.030
Aumentos de capital	350.000	—	—	—	—	350.000	—	350.000
Ajustes ao valor justo - TVM e Derivativos - Incluindo os efeitos de hedge accounting	—	—	—	2.579	—	2.579	—	2.579
Ajuste de participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	1	1
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	180.521	180.521	—	180.521
Destinações do lucro:								
Reserva legal - Ajustes de transição Lei nº 4.966/21	—	—	1.251	—	(1.251)	—	—	—
Distribuição de dividendos - Ajustes de transição Lei nº 4.966/21	—	—	—	—	(23.764)	(23.764)	—	(23.764)
Destinações para reservas	—	—	9.026	—	(9.026)	—	—	—
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	(81.495)	(81.495)	—	(81.495)
Distribuição de juros ao capital	—	—	—	—	(90.000)	(90.000)	—	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.220.974	—	97.840	(4.952)	—	5.313.862	10	5.313.872
Saldos em 30 de junho de 2025	4.870.974	350.000	87.563	5.768	159.321	5.462.090	10	5.462.100
Aumentos de capital	350.000	(350.000)	—	—	—	—	—	—
Ajustes ao valor justo - TVM e Derivativos - Incluindo os efeitos de hedge accounting"	—	—	—	816	—	816	—	816
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	46.215	46.215	—	46.215
Destinações do lucro:								
Reserva legal - Ajustes de transição Lei nº 4.966/21	—	—	1.251	—	(1.251)	—	—	—
Distribuição de dividendos - Ajustes de transição Lei nº 4.966/21	—	—	—	—	(23.764)	(23.764)	—	(23.764)
Destinações para reservas	—	—	9.026	—	(9.026)	—	—	—
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	(81.495)	(81.495)	—	(81.495)
Distribuição de juros ao capital	—	—	—	—	(90.000)	(90.000)	—	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.220.974	—	97.840	(4.952)	—	5.313.862	10	5.313.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

→continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Instituição"), instituição financeira privada nacional, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de setembro de 1996, cuja constituição foi pautada de acordo com a Resolução nº 2.193 de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, atualizada pela Resolução nº 5.060, de 16 de fevereiro de 2023, atualmente vigente. O Banco está situado na Avenida Assis Brasil, 3940 em Porto Alegre/RS. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo. Em 31 de dezembro de 2025, o Sistema está organizado por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 3.054 pontos ativos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") - acionistas da Sicredi Participações S.A. - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. A maior parte do capital votante do Banco pertence à Sicredi Participações S.A. ("Companhia"), que é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), que tem por objeto social a participação majoritária no Banco. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém 92,49% de participação nas ações do Banco. O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de setembro de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2025, o Rabo Partnerships B.V. detém 7,51% de participação nas ações do Banco.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 06 (R2) 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47). A aprovação destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaboradas no pressuposto da continuidade operacional do Banco e suas controladas, foi dada pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2026. **a) Critérios de consolidação:** No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladoras. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Banco Cooperativo Sicredi avaliar a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco, em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sua estrutura societária. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim. **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades Anônimas, e incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e das seguintes controladas:

Atividade	31/12/2025	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	99,99	
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	99,98	
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	100,00	

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data o início da obtenção de controle por parte do Banco, as quais continuarão a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. **c) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema, e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil). **2.1 Adoção de novas normas:** **a) Mudanças em vigor:** O Banco adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição: *Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23*: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se: *• A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência. • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Sicredi e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ"). • As receitas e os encargos atrelados diretamente à originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivos; • Novos critérios para mensuração de operações renegotiadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade; • Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de risco de recuperação"; • Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação; • Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução. Instruções Normativas BCB nº 426 e 433, de 1 de dezembro de 2023, Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor. As projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467. **b) Adoção inicial:** O Banco adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).Conforme disposto no Art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, a aplicação dos novos critérios ocorreu de forma prospectiva e os efeitos do ajuste de transição foram reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota explicativa nº 4. O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025. Até a presente data, o Banco não possui contratos de arrendamento que atendam aos critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram: **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao exercício futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por: disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira; aplicações interfinanceiras de liquidez; depósitos voluntários de liquidez diária junto ao Banco Central do Brasil e fundos de investimento de renda fixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. A partir de janeiro de 2025, o Banco e suas controladas passaram a incluir as cotas de fundos de renda fixa como caixa e equivalentes de caixa, em razão de sua liquidez imediata e da intenção de utilização como recurso disponível para a gestão de caixa, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **c) Instrumentos financeiros:** **I. Classificação dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros do Banco Cooperativo Sicredi são classificados nas seguintes categorias: *Custo Amortizado:* o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. *Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:* o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. *Valor Justo no Resultado:* utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A classificação contábil em cada uma das categorias depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - "Teste SPPJ"). Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: *• os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;* *• como os gestores do negócio são remunerados;* *e • como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.* A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste "SPPJ" a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. O Banco não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros. **II. Mensuração subsequente dos instrumentos financeiros:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros para cada categoria de classificação contábil, sendo: *Custo amortizado:* os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos como "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas como "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato. *Ao valor justo em outros resultados abrangentes:* os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício como "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros. *Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:* são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação ou valores recebidos reconhecidos diretamente como despesa ou receita na emissão ou aplicação do instrumento financeiro. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado como "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem. **III. Hierarquia do valor justo:** A hierarquia do valor justo (HVJ) é uma das formas de realizar a precificação dos ativos e passivos conforme suas negociações em mercado ou dados observáveis disponíveis, assim mensura-se o valor justo utilizando premissas adotadas pelo mercado, considerando seus riscos. Os tipos de classificação dos *inputs* utilizados na mensuração do valor justo, baseada na sua confiabilidade e disponibilidade. *• HVJ1 = Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;* *• HVJ2 = Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Proxy;* *• HVJ3 = Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apreçamento desenvolvidos internamente. **IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, em 1º de janeiro de 2025, a instituição reclassificou os títulos registrados até 31 de dezembro de 2024 como: Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, e Negociação para as novas categorias contábeis: Custo Amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ajustes foram realizados com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa dos ativos, com os efeitos devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras e evidenciados na nota explicativa nº 4. Em 1º de janeiro de 2025 as operações de Cédula de Produto Rural (CPR) foram reclassificadas para o grupo de "Outros ativos financeiros", que até 31 de dezembro de 2024, estavam classificadas como "Títulos e valores mobiliários", sem alteração de mensuração destes ativos, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4. Os contratos de operações de câmbio com liquidação futura e câmbio pronto, classificados nos grupos de "Outros ativos financeiros" e "Outros passivos financeiros" até 31 de dezembro de 2024 como custo amortizado, foram reclassificados como derivativos a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4. As provisões com garantias financeiras prestadas classificadas no grupo de "Ou-**

tros passivos" em 31 de dezembro de 2024 foram reclassificadas como Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4. **V. Baixa dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **d) Derivativos:** A Instituição utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros com o objetivo de atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Banco e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção contra risco (*Hedge*), conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para ao valor justo em contrapartida ao resultado do período. Operações de futuros: são acordos entre duas partes para comprar ou vender um ativo em uma data futura específica, por um preço previamente acordado. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. Operações de Swap: são acordos financeiros entre duas partes para trocar fluxos de caixa futuros com base em diferentes critérios, como taxas de juros, moedas ou índices. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar pelo valor justo, e apropriado como receita ou despesa. Contratos a termo: são acordos de compra e venda de um ativo em uma data futura, por preço previamente estabelecido. Esses acordos são particulares e estabelecidos entre dois agentes financeiros, no qual uma das partes assume sua posição de compra no contrato a termo em data específica e por um preço certo e ajustado; e a contraparte assume sua posição de venda em iguais condições. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos. Inclui os contratos de câmbio que são termos de moeda. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor justo ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. Os contratos de câmbio, anteriormente classificados sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registrados como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR). As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato, ajustado ao valor justo. As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *Hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *Hedge* ou *Hedge accounting*. Os instrumentos designados para fins de *Hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias: *• Hedge* de valor justo: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *Hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do exercício da Instituição; *• Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido os efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do exercício. Para os derivativos classificados na categoria de *Hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *Hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02. As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas. **e) Método de Taxa de Juros Efetiva:** A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta a valor presente os pagamentos e recebimentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juros efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como: *• Receita* com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações; *• Custos* com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações); *e • Custos* com comissões e portabilidade de operações. Entende-se como custos da transação elegíveis, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, o Banco Cooperativo Sicredi optou em utilizar a metodologia diferenciada proporcional para operações de crédito e com características de crédito. **f) Provisão para perdas:** **I. Visão Geral:** O Banco Cooperativo Sicredi integra o segmento prudencial "S2", de acordo com a Resolução CMN nº 5.146, de 26/06/2024, as instituições financeiras integrantes de sistemas Cooperativos de dois ou de três níveis que contenham instituição enquadrada nos segmentos 1 ("S1"), 2 ("S2") ou 3 ("S3"), deverão adotar para o sistema cooperativo como um todo a metodologia completa de perdas esperadas. Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas baseados nos conceitos da Resolução CMN nº 4.966 de 2021 e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio 3, conforme Resolução BCB nº 352 de 2023. A Instituição registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros: *• Aplicações interfinanceiras de liquidez;* *• Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e "VJORA");* *• Operações de créditos;* *• Outros ativos financeiros;* *e • Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).* **II. Estágios:** O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. *Estágio 1:* refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* (moratória) considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas. *Estágio 2:* refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não são considerados ativos com problemas de risco de recuperação (sem *default*). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo da probabilidade de *default* (PD) para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses. *Estágio 3:* refere-se a instrumentos financeiros em risco de recuperação (em *default*). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre: *• A Perda Esperada* calculada com base nos dados observados estatísticos; ou *• O piso* de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa - "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos"). **III. Aumento significativo no risco de crédito:** O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de *default* para sua vida toda. Originalmente, quando a operação é concedida pela Instituição a classificação de risco é registrada em estágio 1, e posteriormente, a cada data-base de fechamento mensal, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em caso de aumento, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de risco na recuperação, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de risco de recuperação, tiver estimativas insignificantes de recuperação, deverá ser baixada para prejuízo. As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro. Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias). Os ativos que devem ser considerados como estágio 3 são todos os contratos que têm evidência de problema de risco de recuperação. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial. **IV. Cálculo da perda esperada:** O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo e engloba a avaliação de três parâmetros: *• Probabilidade de default - PD:* A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada; *• Perda dado o default - LGD:* A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o *default*. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente. *• Exposição ao default - EAD:* É a exposição na data da inadimplência. Para créditos rotativos com limites é feita a estimativa da exposição no momento do *default* através de fatores de conversão. Já para créditos parcelados é considerado o saldo contábil da operação no mês do reporte. Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito. **g) Ativos financeiros com problema de risco de recuperação:** O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático" quando: *• Ocorrer* atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; *• Se* houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais; *• Todas* as operações enquadradas como reestruturadas. É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3. Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação. A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. As operações serão baixadas para prejuízo se, além de serem considerados ativos com problemas de risco de recuperação, possuam estimativas insignificantes de que vá ocorrer a recuperação. O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, ou seja, foi curado, quando os seguintes aspectos são alcançados: *• Ausência* de parcelas vencidas, incluindo encargos; *• Pagamento* tempestivo de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte; *e • Cumprimento* de outras obrigações contratuais, caso existam, por um período suficiente para demonstrar melhoria financeira significativa da contraparte. Reclassificação em Estágios (Processo de Cura): em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, os ativos financeiros passam por revisões periódicas de classificação de estágio, permitindo melhora conforme critérios definidos que levam em consideração a inexistência de parcelas vencidas e a manutenção de pagamentos e/ou outras características que possibilitem identificar melhora na capacidade financeira para honrar as obrigações existentes. **h) Operações de crédito cedidas:** As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. **i) Demais ativos circulares e realizáveis a longo prazo (não circulares):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata die* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **j) Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. **k) Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas no quadro abaixo, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Controladora	Consolidado
Taxa anual de depreciação	Taxa anual de depreciação
Edificações	2% a 10%
Móveis, utensílios e instalações	2% a 50%
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	7% a 38%
Sistemas de transporte	11% a 25%
Outras imobilizações	8% a 33%
10% a 33%	8% a 33%

l) Intangível: Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear. No exercício, o Banco Sicredi e suas controladas não apresentaram Ativos Intangíveis. **m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulares, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do exercício em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **n) Ativos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do exercício. **o) Demais passivos circulares e exigíveis a longo prazo (não circulares):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas. **p) Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre as diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a CSLL. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Em atendimento às novas normas, as projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467. **q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber: *Ativos contingentes* são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; *Passivos contingentes* são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes

tes, assim como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. r) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para contingências, valor justo de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. s) Plano de previdência complementar: O Banco e suas controladas participam de planos de previdência administrados por entidades abertas (EAPCs), como PGBL, VGBL e planos instituídos. Esses planos são classificados como benefícios pós-emprego sem obrigação atuarial futura, pois a responsabilidade do patrocinador se restringe às contribuições previstas em regulamento, sem necessidade de aportar valores extras para garantir benefícios. As contribuições patronais obrigatórias, contratuais ou voluntárias, são registradas como despesa de pessoal no período em que o empregado presta o serviço e a contribuição se torna devida, não sendo reconhecidos passivos atuariais ou provisões adicionais, já que não há compromisso além dos aportes regulares. t) Resultado por ação: O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. u) Resultado recorrente e não recorrente: Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou		31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais) imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui resultados não recorrentes. 4. Efeitos dos ajustes de transição patrimoniais em 1º de janeiro de 2025 - Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23: Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, foram registrados no patrimônio líquido do Banco Sicredi. Esses ajustes foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:
	Saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 Efeito do ajuste de transição no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 (Reversão) Perda de crédito esperada para operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais ativos financeiros Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma (a) Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito e repasses interfinanceiros Imposto de renda diferido Efeito no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 Saldo do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 (a) A mensuração de ativos financeiros foi modificada conforme a nova classificação da norma.	4.951.015 51.828 947 13 (27.773) 25.015 4.976.030

Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23:									
Ativo Financeiro	Classificação/Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Remensurações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Custo amortizado	19.534.727	—	(6.151)	(6.151)	—	—	19.528.576	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Disponível para venda	5.324.992	—	(18)	(18)	—	—	5.324.974	Ativo financeiro ao VJORA
Títulos e valores mobiliários e derivativos	Mantido até o vencimento	26.758.005	—	(2.476)	(2.476)	—	—	26.745.899	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Mantido até o vencimento (CPR)	9.653	(23)	—	—	(9.630)	—	—	
	Negociação	551.503	—	—	—	6.604	996	559.103	Ativo financeiro ao VJR
Relações interfinanceiros	Custo amortizado	77.089.406	(75.367)	48.319	(27.048)	—	—	77.062.358	Ativo financeiro ao custo amortizado
Operações de crédito	Custo amortizado	37.765.796	(48.325)	9.323	(39.002)	—	—	37.726.794	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Outros créditos/Custo amortizado	18.892.882	—	(79)	(79)	—	—	18.892.803	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Outros títulos com característica de concessão de crédito (CPR)/Custo amortizado	—	—	14	(9)	9.630	—	9.644	Ativo financeiro ao custo amortizado
Outros ativos financeiros	Operações de Câmbio/Custo amortizado	1.115.172	—	—	—	(6.604)	—	1.108.568	Ativo financeiro ao custo amortizado
Total ativos financeiros		187.042.136	(123.715)	48.932	(74.783)	—	996	186.958.719	
Passivo Financeiro e outros passivos	Classificação/Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Provisão para risco de crédito 31/12/2024	Ajuste transição CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Remensurações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	Custo amortizado	61.784.821	—	—	—	—	—	61.784.821	Passivo financeiro ao custo amortizado
Captações no mercado aberto	Custo amortizado	9.009.683	—	—	—	—	—	9.009.683	Passivo financeiro ao custo amortizado
Recursos de aceites e emissão de títulos	Custo amortizado	51.878.606	—	—	—	—	—	51.878.606	Passivo financeiro ao custo amortizado
Obrigações por empréstimos	Custo amortizado	9.422.684	—	—	—	—	—	9.422.684	Passivo financeiro ao custo amortizado
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	Custo amortizado	33.209.275	—	—	—	—	—	33.209.275	Passivo financeiro ao custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Negociação	207.597	—	—	—	168	(49)	207.716	Passivo financeiro ao VJR
	Outros passivos financeiros/Custo amortizado	19.522.166	—	—	—	—	—	19.522.166	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos financeiros	Operações de Câmbio/Custo amortizado	168	—	—	—	(168)	—	—	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos	Operações com garantias financeiras prestadas	638.379	4.431	—	—	(4.431)	—	638.379	
	Operações com garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e crédito a liberar	—	—	(2.896)	1.535	4.431	—	1.535	
Total passivos financeiros e outros passivos		185.673.379	4.431	(2.896)	1.535	—	(49)	185.674.865	

5. Caixa e equivalentes de caixa:

a) Composição: Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Descrição	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades (a)		601.110	601.110
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	6a	10.042	10.042
Aplicações em moedas estrangeiras		10.042	10.042
Depósitos voluntário no Banco Central	7	1.987.499	1.987.499
Títulos e valores mobiliários (b)		–	324.199
Fundos de investimento	8a	–	324.199
Total		2.598.651	2.922.850

(a) As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

(b) A partir de janeiro de 2025, as controladas do Banco passaram a incluir as cotas de fundos de renda fixa como caixa e equivalentes de caixa, em razão de sua liquidez imediata e da intenção de utilização como recurso disponível para a gestão de caixa, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Nesse sentido, os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024, anteriormente apresentados no montante de R\$ 2.910.358, estão sendo reapresentados no consolidado, totalizando o montante de R\$ 3.143.926. Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente entre períodos, em razão das estratégias adotadas sobre as aplicações no mercado aberto.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez: a) **Composição da Carteira:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a período futuros.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			
	A vencer			
Descrição	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.383.132	—	7.734.542	9.117.674
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.386.029	—	7.737.290	9.123.319
Provisão para perdas esperadas	(2.897)	—	(2.748)	(5.645)
Aplicações em moedas estrangeiras	10.042	—	—	10.042
Aplicações em moedas estrangeiras	10.043	—	—	10.043
Provisão para perdas esperadas	(1)	—	—	(1)
Total Líquido 2025	1.393.174	—	7.734.542	9.127.716
Total circulante	—	—	—	1.393.174
Total não circulante	—	—	—	7.734.542

b) Classificação das Aplicações interfinanceiras de Liquidez:

	31/12/2025
Ativo financeiro mensurado a custo amortizado	
(Alocados em Estágio 1)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.133.362
Provisão para perdas esperadas	(5.646)
Total	9.127.716

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716
Total	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nas aplicações interfinanceiras de liquidez que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.

7. Depósitos no Banco Central do Brasil:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	
Depósitos voluntários no Banco Central (a)	1.987.499
Reservas compulsórias - depósitos de poupança (b)	6.916.172
Conta de pagamentos instantâneos - Conta PI (c)	572.506
Crédito rural PROAGRO a receber	1.663
Total circulante	9.477.840

(a) Os depósitos voluntários referem-se a recursos da sua liquidez registrados na conta de Reservas Bancárias, de forma voluntária conforme Resolução BCB nº 129/2021 e Comunicado nº 38.288/2022, com duração de um dia útil e remuneração diária definida pelo Banco Central do Brasil (BCB), no formato anual considerando-se 252 dias úteis. (b) Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central. (c) Os pagamentos instantâneos referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para a conta de pagamentos instantâneos (Conta PI) para liquidar as operações do Pix, cuja conta passou a ser remunerada a partir de agosto de 2022, em atendimento à Resolução BCB nº 235/2022. Em 13 de maio de 2024, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 379, que estabeleceu a suspensão da exigibilidade do recolhimento de compulsórios sobre recursos de poupança em função do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. Com isso, o Banco Sicredi deixou de recolher junto ao BACEN tais depósitos e direcionou parte destes recursos para as Cooperativas Singulares da região do Rio Grande do Sul por intermédio de aplicações em depósitos interfinanceiros (DI) e repasses interfinanceiros (operações de crédito). Em 2025, os saldos passaram a ser recolhidos de forma gradual.

8. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) Composição da Carteira:

	Controladora					Consolidado				
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo financeiro custo amortizado										
Carteira própria										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—	—	676.520	676.520	—	—	—	676.520	676.520
Letras Financeiras Subordinadas	—	—	—	2.405.299	2.405.299	—	—	—	2.405.299	2.405.299
Provisão para perdas esperadas	—	—	—	(14.762)	(14.762)	—	—	—	—	(14.762)
Aplic. renda fixa exterior	—	—	670.322	—	670.322	—	—	670.322	—	670.322
Provisão para perdas esperadas	—	—	—	(421)	(421)	—	—	—	—	(421)
Vinculados a operações compromissadas										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—	—	19.349.298	19.349.298	—	—	—	19.349.298	19.349.298
Vinculados à prestação de garantias										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—	—	5.397.832	5.397.832	—	—	—	5.397.832	5.397.832
Total ativo financeiro custo amortizado	—	—	670.322	27.813.766	28.484.088	—	—	670.322	27.828.949	28.484.088

Ativos financeiros a VJORA

Carteira própria										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	180	180	-	-	-	180	180
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.763.062	2.763.062	-	-	-	2.763.062	2.763.062
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	10.465.122	10.465.122	-	-	-	10.465.122	10.465.122
Letras Financeiras - LF	-	16.426	-	74.149	90.575	-	16.426	-	74.149	90.575
Provisão para perdas esperadas	-	(2)	-	(11)	(13)	-	-	-	-	(13)
Vinculados a operações compromissadas										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	2.034.690	2.034.690	-	-	-	2.034.690	2.034.690
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	6.498.470	6.498.470	-	-	-	6.498.470	6.498.470
Letras Financeiras - LF	-	9.448	-	16.835	26.283	-	9.448	-	16.835	26.283
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	14	14	-	-	-	14	14
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(8)	(4)	-	-	-	-	(4)
Total ativo financeiro a VJORA	-	25.872	-	21.852.507	21.878.379	-	25.874	-	21.852.522	21.878.379

Ativos financeiros a VJR

Carteira própria	-	-	-	-	-	324.199	-	-	-	324.199
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demas cotas de fundos	1.100	-	-	-	1.100	1.100	-	-	-	1.100
Participações em cooperativas	-	-	-	-	-	28	-	-	-	28
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.026	89.989	139.600	231.615	-	2.026	89.989	139.600	231.615
Futuros	-	-	83.310	-	83.310	-	-	83.310	-	83.310
Swap	-	2	14	129.589	129.605	-	2	14	129.589	129.605
NDF	-	2.024	4.120	10.011	16.155	-	2.024	4.120	10.011	16.155
Contratos de câmbio	-	-	2.545	-	2.545	-	-	2.545	-	2.545
Total ativo financeiro a VJR	1.100	2.026	89.989	139.600	232.715	325.327	2.026	89.989	139.600	556.942
Total títulos e valores mobiliários	1.100	27.898	760.311	49.805.873	50.595.182	325.327	27.900	760.311	49.821.071	50.916.400

b) Classificação dos títulos e valores mobiliários: I. Mensurados ao Custo Amortizado:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
(Alocados em Estágio 1)			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.423.650	—	25.423.650
Letras financeiras subordinadas	2.405.299	(14.762)	2.390.537
Aplicações de renda fixa no exterior	670.322	(421)	669.901
Total 2025	28.499.271	(15.183)	28.484.088

Estágio 1

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.792.500	3.631.150	—	25.423.650
Letras financeiras subordinadas	2.142.475	262.824	(14.762)	2.390.537
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.218.289	(2.218.289)	—	—
Aplicações de renda fixa no exterior	604.741	65.581	(421)	669.901
Total 2025	26.758.005	1.741.266	(15.183)	28.484.088

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nos títulos e valores mobiliários mensurados a custo amortizado que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3. **II. Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:** A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada
Ativos financeiros - Valor justo em outros resultados abrangentes			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.034.870	—	2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.261.532	—	9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.465.136	—	10.465.136
Letras Financeiras - LF	116.858	(17)	116.841
Total 2025	21.878.396	(17)	21.878.379

Estágio 1

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.590.475	444.395	- 2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.523.707	5.737.825	- 9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	79.698	10.385.438	- 10.465.136
Letras Financeiras - LF	131.112	(14.254)	(17) 116.841
Total 2025	5.324.992	16.553.404	(17) 21.878.379

→★ continuação

→continuação

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Perpétuas (elegíveis a Capital Complementar) e nas seguintes ocasiões: em 14 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 750.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 3,6% ao ano em 21 de agosto de 2024 no total de R\$ 600.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 2,54% ao ano. Ao longo do ano de 2025, foi emitido o montante total de R\$ 875.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 1,9% ao ano, o qual foi realizado em dois momentos: em 19 de fevereiro de 2025, no montante de R\$ 550.000, e em 20 de agosto de 2025 no montante de R\$ 325.000. Estas operações foram adquiridas pelas Cooperativas Centrais e não possuem prazo de vencimento. As captações totalizam o montante de R\$ 2.359.539 e encontram-se distribuídas entre as Centrais da seguinte forma:

Controladora e Consolidado			
Valor inicial da aplicação			
03/01/2014			134.539
14/12/2023			750.000
21/08/2024			600.000
19/02/2025			550.000
20/08/2025			325.000
Total não circulante			2.359.539

Central

Controladora e Consolidado			
Valor inicial da aplicação	Rendimentos/Juros Pagos	31/12/2025	
Central Sicredi Sul/Sudeste	99.363	1.142.967	
Central Sicredi Nordeste	45.673	2.096	47.769
Central Sicredi PR/SP/RJ	663.357	49.413	712.770
Central Sicredi Centro Norte	378.621	24.656	403.277
Central Sicredi Brasil Central	228.284	11.326	239.610
Total não circulante	2.359.539	186.854	2.546.393

b) Dívida subordinada: Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o Banco possui Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) emitidas no valor de R\$ 979.700, com vencimento até 2035. Em janeiro de 2022, o Banco realizou a emissão de Green Bond Subordinado no valor de US\$ 100 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto aos associados do Sicredi. O valor captado em reais, equivalente a R\$ 549.780, possui vencimento até 2035 (principal) e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total atualizado destes instrumentos de dívida subordinada é de R\$ 1.933.365.

Controladora e Consolidado			
Valor inicial da aplicação	Rendimentos	31/12/2025	
	1.529.480	403.885	1.933.365
	1.529.480	403.885	1.933.365

Instrumentos de dívida subordinada

Total não circulante

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 5.220.974, representado por 4.064.460.734 ações ordinárias e 330.142.434 ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal. Na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2025 foi autorizado o aumento de capital social no Banco em R\$ 350.000 mediante a emissão de 291.332.411 ações ordinárias. A homologação deste aporte junto ao Banco Central ocorreu em 30 de julho de 2025. As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A. As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão *pari passu* com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, *pari passu* com as ações preferenciais Classe A.

Ações

	31/12/2024	Movimentação do exercício	31/12/2025
	Saldo	Integralização	Saldo
Ordinária	3.773.128.323	291.332.411	4.064.460.734
Preferencial Classe A	330.142.434	-	330.142.434
Preferencial Classe B	-	-	-
Total	4.103.270.757	291.332.411	4.394.603.168

Diretoria

César Gioda Bochi

Diretor Presidente

Alexandre Englert Barbosa

Diretor Vice-Presidente e Executivo de Estratégia, Adm. Finanças e Portfólio

Gustavo de Castro Freitas

Diretor de Segmentos, Crédito, CRM e Dados

Ricardo Green Sommer

Diretor de Investimentos, Previdência e Gestão de Recursos de Terceiros

Marcus Vinicius Franca Barboza

Diretor Executivo de Riscos

Thiago Rossoni

Diretor Executivo de Produtos e Negócios

Contador

Eduardo Netto Sarubbi

CRC-RS 060899/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Imos. Srs. Administradores e Acionistas do Banco Sicredi S.A. Porto Alegre - RS - O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo Sicredi S.A. CNPJ nº 01.181.521/0001-55, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras 2025 da Banco Sicredi S.A., datados de 31.12.2025. Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos, opina que os referidos documentos estão de acordo e recomenda sua aprovação.

Porto Alegre, 19 fevereiro de 2026

Tiago Schmidt

Presidente do Conselho Fiscal

Luciano Kluppel

Secretário do Conselho Fiscal

Edvaldo Maia Filho

Membro do Conselho Fiscal

Carmo Spies

Membro do Conselho Fiscal

Marco Tulio Duarte Soares

Membro do Conselho Fiscal

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, considerando suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo de suas atividades, avaliou como efetiva, satisfatória e confiável a qualidade e transparência da atuação das Auditorias Interna e Externa Independente, bem como das demonstrações financeiras referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025, ao que recomendou à submissão ao Conselho de Administração para aprovação do documento e posterior divulgação. Além disso, não foram identificadas divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia. Considerou ainda satisfatório e adequado ao porte e natureza da companhia, os trabalhos das Áreas de Controles Internos e Compliance, Gerenciamento e Controles de Riscos e Capital, bem como da Ouvidoria e seus canais.

Porto Alegre, 19 fevereiro de 2026

Marcio Port

- Coordenador do Comitê

Zeir Ascari

- Membro do CAD

Sidnei Strejevitch

- Membro do CAD

Dóris Beatriz França Wilhelm

- Membra Independente

Resumo do Relatório do Auditor Independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: a) <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>; b) www.sicredi.com.br; c) <http://www.bcb.gov.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi emitido em 19 de fevereiro de 2026, sem modificações

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais credibilidade e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Azul anuncia saída de recuperação judicial nos EUA

A Azul informou, na noite de sexta-feira, que concluiu a recuperação judicial nos Estados Unidos, o chamado Chapter 11, iniciado em maio de 2025 para tentar reorganizar dívidas.

A empresa afirmou, em nota, que “alcançou uma transformação abrangente de seu balanço e suas operações” e atingiu seus principais objetivos, “incluindo fortalecer seu balanço, aprimorar a liquidez e reduzir despesas com arrendamentos e passivos”.

As ações da companhia chegaram a subir mais de 50% perto do final do pregão nesta sexta. Os papéis encerraram o dia em alta de 60%, cotados a R\$ 230,28 o lote de 1 milhão de papéis.

Antes de fazer o pedido de recuperação, a Azul tinha uma dívida bruta de cerca de R\$ 35 bilhões e alavancagem de 5,2 vezes. Como parte dos acordos para levantar recursos, a Azul recebeu investimento de R\$ 550 milhões da parceria estratégica com a United Airlines e assinou com a American Airlines compromisso de investimento adicional de mesmo valor, que ainda depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A empresa também captou mais de R\$ 7,5 bilhões em novos títulos de dívida para saída do processo de recuperação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Chamamento Público nº 001/2026 - Edital de Licitação nº 027/2026
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de acolhimento institucional terapêutico e geriátrico.
Data de Abertura: a partir de 23 de fevereiro de 2026 às 09 horas
O Edital relativo aos objetos desta licitação encontra-se à disposição dos interessados no site oficial www.serafinacorreia.rs.gov.br. Informações também serão prestadas através do endereço eletrônico licitacao@serafinacorreia.rs.gov.br ou pessoalmente no Departamento de Licitações no horário das 10:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 15:00 h. Serafina Corrêa, RS, 23 de fevereiro de 2026. **Daniel Morandi - Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE ITACURUBI

AVISO DE LICITAÇÕES

A Câmara Municipal de Itacurubi/RS torna público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 para contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de transmissão radiofônica, ao vivo, das sessões ordinárias e solenes da Câmara Municipal de Vereadores de Itacurubi, do tipo de julgamento: menor preço global, modo de disputa: aberto, que será realizado no dia 09 de março de 2026, às 09h, no seguinte endereço eletrônico: www.gov.br/compras.
Cópia do edital e demais informações estão disponíveis no Mural da Câmara de Vereadores ou no site <https://www.camara.itacurubi.rs.gov.br/site>.
Itacurubi-RS, em 20 de fevereiro de 2026.
Adão Ezequiel Martins Soares - Presidente 2026



MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Lic. 34/2026 Dispensa de Licitação 06/2026. Obj. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em sondagem geológica de simples reconhecimento do solo (SPT), para o projeto da construção da Sede do Centro Regional de Turismo. Contratada: GEOSUL ENGENHARIA, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA, inscrita no CNPJ 22.809.508/0001-78/0001-99. BL art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021.
Lic. 35/2026 Inexigibilidade 06/2026 - Contratação da empresa DPM Educação, CNPJ 13.021.017/0001-77, para fornecimento de capacitação para servidor da Secretaria Municipal de Administração, sobre "Almoxarifado - Controle e Gestão de Estoques". BL art. 74, III, "f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021. Valor R\$699,00.
Termo disponível na íntegra no site: www.trespazos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Rodrigo Alencar B. Glinke – Prefeito em exercício.



SESCON-RS - SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO RESUMIDO DO EDITAL DE ELEIÇÕES SINDICAIS 2026/2028

Pelo presente AVISO RESUMIDO, faço saber que no dia 31 de março de 2026, no horário das 10h às 17h30min, na sede desta entidade, localizada na Rua Augusto Severo, nº 168, Bairro São João, Porto Alegre/RS, será realizada eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, e Delegados Representantes, bem como Suplentes do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SESCOB-RS. O registro de chapas deverá ser apresentado à secretaria, no horário das 9h às 12h e das 13h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira, ficando aberto o prazo de 10 dias corridos para inscrição das chapas, a contar da publicação deste Aviso. Caso não seja obtido "quórum" em primeira votação, a eleição em segunda votação será realizada no dia 2 de abril de 2026, nos locais indicados neste edital. Havendo empate entre as chapas, novas eleições serão realizadas no dia 06/04/2026 limitando-se as chapas mais votadas. Apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer segunda votação. Em se tratando de chapa única, caso não seja obtido "quórum" na primeira convocação, será realizada assembleia em última convocação, imediatamente após a primeira convocação, com qualquer número de eleitores presentes, de acordo com o que dispõe o parágrafo 5º do Art. 30 do Regulamento Eleitoral. Todas as votações serão realizadas na sede da entidade das 10h às 17h30min, e nas sedes provisórias das diretorias regionais, as quais funcionarão das 10h às 17h30min: São Leopoldo – Rua Osvaldo Aranha, nº 115, Bairro Centro, Santa Maria – Alameda Santiago do Chile, 115, 3º andar, Bairro Nossa Senhora das Dores, e Passo Fundo – Rua Sete de Agosto, 448, Centro. O Edital de Convocação da Eleição encontra-se afixado na sede da Entidade e nos Escritórios Regionais, regulando-se os procedimentos eleitorais pelo disposto no Estatuto Social e no Regulamento Eleitoral da entidade. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026.
Paula Dahmer Reis – Presidente



Prefeitura Municipal de Farroupilha

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

Obra de adequação do PPCI dos prédios do Centro de Convivência São José e CRAS I. Data da sessão: 16/03/2026, às 08h30min.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº 01
Aquisição de 01 (um) veículo com acessibilidade para transporte de pessoa cadeirante, destinado ao atendimento das demandas da rede de saúde deste ente federativo, em conformidade com as diretrizes do SUS. Data da sessão: 17/03/2026, às 08h30min.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Registro de preços de gêneros alimentícios para demanda da alimentação escolar. Data da sessão: 09/03/2026, às 13h30min.
Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou através do Portal da Transparência no site: www.farroupilha.rs.gov.br.



LOJAS RENNER S.A.

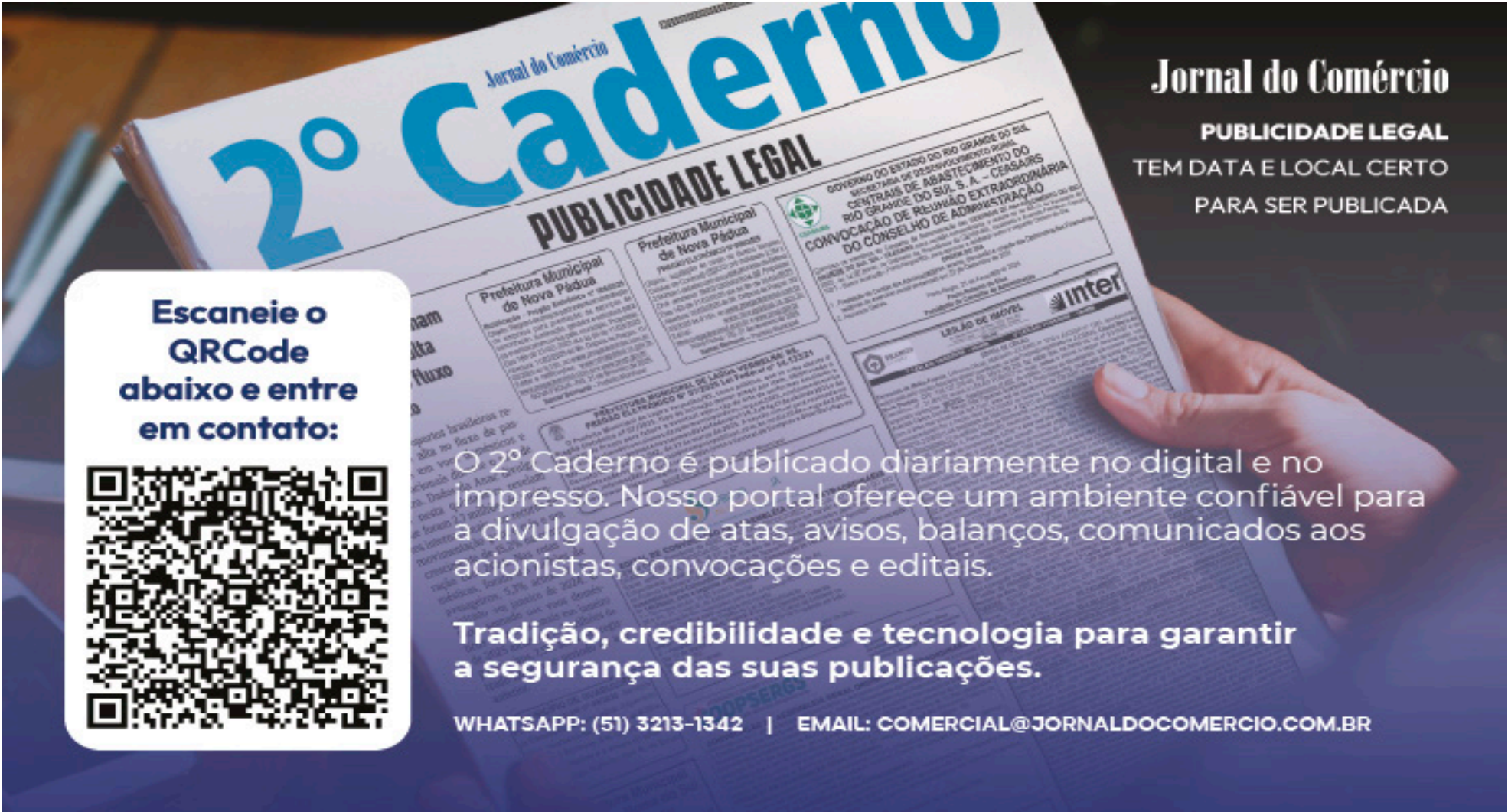
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ Nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2025



LREN

B3 LISTED NM

1. **Data, Hora e Local:** Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2025, às 08h, por videoconferência. 2. **Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. ("Companhia"). Participaram também da reunião, Fabio Adegas Faccio, Presidente, e Daniel Martins dos Santos, Vice-Presidente de Finanças, Administrativo e de Relações com Investidores. 3. **Mesa:** Sr. Carlos Fernando Souto - Presidente e a Sra. Eloísa Elena Sassen - Secretária. 4. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) o encerramento do Programa de Recompra de Ações; (ii) o cancelamento de ações LREN3 em tesouraria; e (iii) o novo Programa de Recompra de Ações da Companhia. 5. **Deliberações:** Após as discussões acerca da matéria constante da Ordem do Dia, das quais os correspondentes documentos foram previamente disponibilizados no Portal de Governança, os Srs. Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição: (i) o encerramento do Programa de Recompra de Ações aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2025, com base no qual foram adquiridas 70.474.400 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço médio de R\$ 13,38 para permanência em tesouraria, alienação e/ou cancelamento, tendo sido executado 93,97% do Programa de Recompra de Ações; (ii) o cancelamento de 52.991.847 (cinquenta e dois milhões, novecentas e noventa e uma mil, oitocentas e quarenta e sete) ações ordinárias de emissão da própria Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem redução do capital social, representativas de 5% das ações de emissão da Companhia, absorvendo Reservas de Capital no valor de R\$ 187.047.890,80 (cento e oitenta e sete milhões, quarenta e sete mil, oitocentos e noventa reais e oitenta centavos) e Reserva para Investimento e Expansão no valor de R\$ 553.433.684,65 (quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), totalizando R\$ 740.481.575,45 (setecentos e quarenta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Em decorrência do cancelamento de ações, o capital social no valor de 9.544.826.616,68 (nove bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões oitocentos e vinte e seis mil seiscentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos) passará a ser dividido em 1.006.845.095 (um bilhão seis milhões oitocentas e quarenta e cinco mil noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para consignar o capital social da Companhia e a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia após o cancelamento das ações, será submetido à deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada. (iii) o novo Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"), nos termos do art. 30, §1º, alínea "b" da Lei nº 6.404/1976 e da Resolução CVM nº 77/2022. O Programa de Recompra permitirá a aquisição de até 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias, representativas, no momento, de 7,6% das ações em circulação no mercado, excluídas as ações em tesouraria e com saldo atualizado conforme cancelamento realizado nesta data, com valor equivalente a aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. As ações adquiridas no novo Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes de Plano de Incentivo de Longo Prazo. As informações sobre o Programa de Recompra exigidas pelo Anexo G da Resolução CVM nº 80/2022 estão no **Anexo I** à presente ata. A Diretoria da Companhia fica, desde já, autorizada a divulgar esta ata e fato relevante, bem como a adotar todos os procedimentos necessários para efetivação das deliberações ora tomadas, podendo, inclusive, definir o melhor momento e a quantidade de ações a ser adquirida em uma única ou em várias operações, observados os limites e restrições estabelecidas na Lei 6.404/76 e na Resolução CVM nº 77/22, verificando a existência de recursos disponíveis anteriormente a cada uma das efetivas transferências. Os documentos que respaldam as matérias deliberadas ficam arquivados na sede da Companhia. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros. Porto Alegre, 08 de dezembro de 2025. Assinaturas: Carlos Fernando Souto, Presidente do CA; Jean Pierre Zarouk, Vice-Presidente do CA; Christiane Almeida Edington; Juliana Rozenbaum Munemori; André Vitorio Cesar Castellini; Andréa Cristina de Lima Rolim; Marclio D'Amico Pousada; Adriano Cives Seabra, Conselheiros; e Eloísa Elena Sassen, Secretária. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. Porto Alegre, RS, 08 de dezembro de 2025. Eloísa Elena Sassen, Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 11611080 em 13/02/2026 e protocolo 260248959 - 21/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.



Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

DEIXE UM LEGADO DE CUIDADO E TRANSFORMAÇÃO

Inclua a Casa de Saúde Menino Jesus de Praga no seu testamento e contribua com a continuidade do acolhimento em saúde de pessoas com deficiências neurológicas graves. Direcione recursos, bens móveis ou imóveis para a instituição referência nacional em cuidado especializado de longa permanência.



Acesse o QR Code e saiba como
fazer sua doação planejada.



casadomenino.org.br



CASA DE SAÚDE
MENINO JESUS DE PRAGA

Cuidado pra **toda** vida.